Recursos pedagógicos
ATIVIDADES AQUÁTICAS

NADAR FORA DA NORMA: GUIA PARA UMA EDUCAÇÃO AQUÁTICA COM PERSPETIVA DE GÉNERO

Luciano Geymonat

16 de fevereiro de 2026

Esta obra encontra-se sob uma licença Creative Commons. Não é permitida a utilização comercial da obra original nem de eventuais obras derivadas, cuja distribuição deverá ser feita sob uma licença idêntica à que regula a obra original.

NADAR FORA DA NORMA: GUIA PARA UMA EDUCAÇÃO AQUÁTICA COM PERSPETIVA DE GÉNERO

Luciano Geymonat

A educação aquática deve ser inclusiva e sensível à diversidade de corpos, géneros e identidades, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a expressão livre, respeitem nomes e criem espaços seguros, equitativos e enriquecedores para todas as crianças.

Introdução

As atividades aquáticas têm sido historicamente associadas ao jogo, ao prazer e ao cuidado do corpo. No entanto, constituem também espaços educativos onde se reproduzem, muitas vezes de forma inadvertida, normas e expetativas em torno do género, da sexualidade e dos corpos. Desde a organização dos jogos, a distribuição dos espaços ou a escolha de personagens e narrativas, configuram-se práticas que reforçam modelos binários (conceções que reduzem o género a duas categorias fixas e opostas — homem/mulher) e cis-heteronormativos (pessoas que se identificam com o sexo atribuído à nascença e são heterossexuais).

A experiência na água é moldada por códigos culturais e modos específicos de ler e valorizar os corpos. Neste enquadramento, muitas crianças são convidadas a participar num jogo em que as regras do género já estão predefinidas, limitando quais os movimentos, as expressões e formas de estar na água são considerados realizadas. Isto tende a invisibilizar ou excluir quem não se ajusta à norma dominante, restringindo a sua plena participação e a sua liberdade de expressão.

A utilização dos vestiários, as representações tradicionais de “piratas e sereias” e as formas esperadas de mover e expressar reproduzem estereótipos de género que limitam a criatividade e o prazer. Assim, a sessão aquática torna-se não apenas um espaço onde se transmitem competências aquáticas, mas também um lugar onde se legitimam determinados modos de habitar o corpo e de se expressar. Diversas investigações desenvolvidas no âmbito ibero-americano têm assinalado que a escola funciona como um dispositivo que regula corpos, saberes e subjetividades (Vinacur et al., 2019).

A integração da educação sexual e de abordagens de diversidade nos sistemas educativos tem enfrentado resistências persistentes, precisamente porque coloca em tensão crenças enraizadas, tradições institucionais e mandatos sociais associados ao masculino e ao feminino. Esta tensão manifesta-se especialmente nos percursos de crianças e adolescentes cujas identidades ou expressões de género desafiam as normas hegemónicas. Estudos regionais e dados oficiais da América Latina (OEI, 2024; INE & MIDES, 2016) têm evidenciado que estas populações enfrentam níveis mais elevados de discriminação e exclusão no contexto escolar,

afetando o seu bem-estar, o seu sentido de pertença e o seu direito a uma educação segura. Neste contexto, persistem também ambiguidades no papel docente, associadas à falta de formação específica, ao receio da reação das famílias ou à ausência de enquadramentos institucionais que legitimem estas intervenções (Gelpi & Montes de Oca, 2022; Vinacur et al., 2019).

Perante esta realidade, este recurso pedagógico surge como uma ferramenta para repensar as práticas de ensino aquático a partir de uma perspetiva inclusiva e sensível. Procura oferecer elementos que permitam desnaturalizar formas herdadas de organizar a sessão, problematizando a construção coletiva do feminino e do masculino e abrindo espaço a outros corpos, identidades e formas de habitar a água.

A partir desta abordagem, a educação aquática pode transformar-se num espaço de liberdade, prazer e segurança para todas as crianças, promovendo uma pedagogia que não só ensine a nadar, mas também a conviver com respeito, diversidade e ternura.

Princípios para o planeamento de uma sessão aquática com perspetiva de género

Nadar fora da Norma. A linguagem é uma ferramenta fundamental na construção de identidades. Longe de ser neutra, a forma como se nomeia cria realidades: pode reproduzir dinâmicas de invisibilização e exclusão ou, pelo contrário, possibilitar novas formas de existência e reconhecimento. As fontes analisadas (OEI, 2024) coincidem em que o uso consciente de uma linguagem não sexista ou não binária (assim como a omissão do género

quando não é necessária) permite tornar visíveis identidades silenciadas e questionar hierarquias de poder. Respeitar os nomes e pronomes de cada criança, bem como abrir o espaço educativo a uma linguagem diversa, representa uma decisão ética e pedagógica que reconhece a diversidade e contribui para a construção de contextos educativos mais justos e equitativos, onde ninguém fica de fora.

Vozes e silêncios. As dinâmicas da palavra e do silêncio no contexto educativo não são casuais, mas encontram-se marcadas por relações de poder. Diversos estudos (Alvarez-García et al., 2014; MEC, 2024) alertam que o silêncio tem operado como um dispositivo pedagógico de invisibilização, através do qual determinadas experiências, identidades e saberes são omitidos ou relegados. Não nomear ou evitar certos temas transmite mensagens implícitas que afetam a construção subjetiva das crianças, reforçando hierarquias e normalizando exclusões. Observar quem toma a palavra, quem permanece em silêncio e em que condições certas vozes são legitimadas torna-se uma ferramenta fundamental. Reconhecer e problematizar estes silêncios permite desconstruir lógicas naturalizadas, abrir caminho a uma participação mais equitativa e construir espaços onde todas as crianças possam expressar-se, ser escutadas e reconhecidas.

Papéis, corpos e movimento. As práticas educativas, e em particular as desportivas, têm sido espaços de controlo dos corpos e de atribuição de papéis em função de expetativas de género. Estas regulações expressam-se na organização dos grupos, na distribuição de tarefas, na correção dos movimentos e na transmissão de estereótipos corporais e expressivos que limitam a liberdade e a criatividade.

Deslocar o olhar para a diversidade corporal e expressiva, revendo as formas herdadas de organizar jogos e atividades, permitindo a livre escolha de papéis e reconhecendo modos singulares de se mover, possibilita a construção de propostas em que a diferença não é uma exceção, mas uma parte constitutiva da aprendizagem.

Interpelar a prática. Incluir uma perspetiva de género nas nossas práticas implica uma revisão crítica de nós próprios. Isto exige questionar saberes herdados que, muitas vezes sem intenção, reproduzem estereótipos e reforçam desigualdades. Pequenas alterações no discurso e na apresentação das tarefas podem gerar contextos significativamente mais inclusivos, percecionados como espaços seguros para ser e estar na água. Esta revisão contínua da ação pedagógica permite construir práticas mais sensíveis e justas.

Como convite à reflexão, propõem-se algumas perguntas orientadoras para interpelar as nossas práticas:

- Proporciono formas diversas de expressão (palavra, silêncio, gesto, movimento) ou recorro sempre às mesmas?
- Que vozes são ouvidas com maior frequência e quais permanecem silenciadas?
- Quem invisibilizo quando não ofereço papéis, personagens ou formas de participação não associadas ao género?
- Como poderia reavaliar a organização do espaço, a constituição dos grupos ou a atribuição

de papéis?

- Corrijo os movimentos com base em normas de género implícitas ou valorizo e celebro a diversidade corporal e expressiva?
- A linguagem que utilizo legitima todas as identidades presentes no espaço?

Estas perguntas não procuram respostas fechadas, mas sim abrir uma reflexão contínua. As nossas práticas podem, assim, tornar-se um espaço potente para repensar corpos, identidades e modos de nos relacionarmos. Em seguida, apresentam-se alguns exemplos que podem orientar a construção de espaços seguros e cuidadosos, que protejam a expressão de todas as identidades.

Práticas habituais e possíveis ajustes

Prática habitual	Ajuste
Associar cores, objetos ou acessórios a um género	Oferecer materiais variados sem atribuições prévias nem juízos associados, permitindo que cada criança escolha livremente.
Corrigir gestos, posturas ou movimentos a partir de expetativas de género	Acompanhar os movimentos a partir da funcionalidade, do prazer e da segurança, valorizando a diversidade expressiva.
Validar unicamente os que falam forte ou se expõem	Permitir diferentes modos de participação: palavra, gesto, demonstração corporal, silêncio ativo.
Representações fixas	Propor personagens abertos, sem papéis de género predefinidos, permitindo que cada criança escolha como e quem quer ser.
Usar apenas o masculino genérico ou atribuir apelidos consoante o género	Nomear pela própria identidade, respeitar os pronomes e omitir o género quando não for necessário.
Filas e equipas agrupadas por género	Formar filas e equipas mistas, organizadas sem distinção de género e com igualdade de participação, ou permitir que as crianças se agrupem livremente, de acordo com as suas preferências.
Uso de contos tradicionais sem revisão crítica	Adaptação de contos para abordar a diversidade familiar, a identidade e novas representações, incluindo todas as crianças.
Conteúdos sem perspetiva de género	Integração de referências femininas e diversas no jogo simbólico, ampliando as possibilidades de identificação.

Conclusão

Ao reconhecer a diversidade como uma condição constitutiva do humano, assumimos a responsabilidade de criar espaços onde todas as crianças possam sentir-se seguras, valorizadas e legitimadas na sua forma de ser e de estar na água. Ao implementar este guia, não apenas ensinamos competências no meio aquático, mas também promovemos a convivência e o respeito, transformando cada sessão numa experiência educativa que abre portas e dá espaço à autenticidade de todas as crianças.

Referências

Administración Nacional de Educación Pública. (2022). *Circular N.º 4/2022: Criterios sobre el uso del lenguaje inclusivo en la Administración Nacional de Educación Pública*. https://www.anep.edu.uy/sites/default/files/images/Archivos/publicaciones-direcciones/secretaria-administrativa/circulares/2022/Circular%204-2022.pdf

Darré, S. (2008). Cuando el saber no tiene lugar: La difícil implementación de la educación sexual en el sistema educativo uruguayo. En K. Araújo & M. Pietro (Eds.), *Estudios sobre sexualidades en América* (pp. 199–213). FLACSO Ecuador.

Gelpi, G., & Montes de Oca, D. (2022). Heteronormatividad institucional en enseñanza media: La percepción de les adolescentes de Montevideo. *Athenea Digital, 20*(3). https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2593

Instituto Nacional de Estadística, & Ministerio de Desarrollo Social. (2016). *Primer Censo Nacional de Personas Trans*. MIDES. https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/mides-relevo-853-personas-transexuales-primer-censo-realizado-uruguay

Ministerio de Desarrollo Social. (2014). *Guía didáctica: Educación y diversidad sexual*. Instituto Nacional de las Mujeres; Programa de Educación Sexual del Consejo Directivo Central; Red de Género de la Administración Nacional de Educación Pública. https://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/40883/1/guia-didactica-educacion-y-diversidad-sexual-uy-version-final.pdf

Ministerio de Educación y Cultura. (2024). *Guía de buenas prácticas sobre educación inclusiva: Experiencias en Colombia, Italia y Uruguay* [PDF]. https://www.gub.uy/ministerio-educacion-cultura/sites/ministerio-educacioncultura/files/documentos/publicaciones/Gu%C3%ADa-Pr%C3%A1cticaInclusivas%20%281%29%20%281%29.pdf

Organización de Estados Iberoamericanos. (2023). *Cuentos ya narrados, ahora contados para seres únicos, como tú…*

Organización de Estados Iberoamericanos, Gobierno de México, Secretaría de Gobernación, & Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. (2024). *Sexualidades diversas y no discriminación en México*.

República Oriental del Uruguay. (2020). *Ley N.º 19.846: Igualdad de derechos y no discriminación entre mujeres y varones*. Diario Oficial. https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19846-2020

Secretaría de Derechos Humanos. (2021). *Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista*. Presidencia de la República Oriental del Uruguay. https://www.gub.uy/secretaria-derechos-

humanos/comunicacion/publicaciones/manual-pedagogico-sobre-uso-del-lenguaje-inclusivo-sexista/manual

Vinacur, T., Bustos, J. M., & Di Pietro, S. (2019). *Educación y género en la ciudad de Buenos Aires: Aportes y reflexiones del cuarto Seminario de Investigación UEICEE*. https://oei.int/wp-content/uploads/2022/09/educacion-y-genero.pdf